

Recensão crítica a Filomena Sousa (2018), *A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* *O papel das Comunidades, Grupos e Indivíduos*¹

Colaboração: Vera Refólio

Lisboa: Memória Imaterial/ISBN:978-989-99397-3-8/73p.

Alexandra Araújo

Projecto *Digital Cultural Heritage: Platforms and Inventories of the Intangible*/ Memória Imaterial

No Livro *A Participação na Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* procura-se fazer uma abordagem compreensiva do uso das metodologias participativas nas práticas de salvaguarda desse património.² Neste exercício, redigiu-se o que consideramos ser, por um lado, um resumo do estado de arte da aplicação desses métodos, por outro lado, um instrumento de apoio técnico.

Filomena Sousa refere que foi o resultado da análise do mapeamento de 158 Inventários de Património Cultural Imaterial (PCI) publicados *online*, realizada no âmbito do projecto *Digital Cultural Heritage: Platforms and Inventories of the Intangible* (Sousa, 2017),³ que a levou a escrever esta obra. Essa análise mostrava que apenas 22 dos e-inventários anunciavam de forma visível o carácter colaborativo da inventariação, resultado que activou no projecto a necessidade de elaborar um trabalho sobre o uso dessas metodologias numa perspectiva abrangente. Além das questões da inventariação e das plataformas

digitais, o processo de salvaguarda seria analisado na sua generalidade.

O *corpus* da análise apresentado no livro assenta na revisão de uma vasta literatura elaborada sobre os relatórios dos Estados-parte submetidos à UNESCO; sobre as candidaturas para inscrição de elementos do PCI nas duas Listas da UNESCO;⁴ sobre projectos realizados em Museus; o mapeamento de e-Inventários do Património Imaterial; sobre processos de inventariação e a produção de documentos audiovisuais de diferentes contextos geográficos. Com essa análise pretende-se retirar lições das boas práticas e das fraquezas de experiências de patrimonialização. No fim, a autora apresenta uma proposta metodológica (ajustável conforme o contexto cultural) para acções que promovam o envolvimento das Comunidades, Grupos e Indivíduos (CGIs) em várias etapas da salvaguarda do PCI.

¹ Esta recensão não foi escrita ao abrigo do novo Acordo Ortográfico.

² O Art.º 2 da Convenção UNESCO 2003 identifica 5 categorias do Património Cultural Imaterial: tradições e expressões orais; artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo; aptidões ligadas ao artesanato tradicional.

³ SOUSA, Filomena (2017). "Map of e-Inventories of Intangible Cultural Heritage". In *Memoriamedia Review*, vol 01, Nº 1. [online] acessível em: http://memoriamedia.net/pdfarticles/ENG_MEMORIAMEDIAREVIEW_Mapa_einventarios.pdf

⁴ Lista Representativa do Património Cultural Imaterial e Lista do Património Cultural e Imaterial que necessita de Salvaguarda Urgente.

A partir da abordagem da Convenção UNESCO 2003 que centra os processos de salvaguarda do património cultural imaterial mais nas pessoas que vivem e mantêm vivo o património (perspectiva *emic*) e menos em instâncias exteriores (perspectiva *etic*),⁵ uma evidência vai sendo demonstrada ao longo do livro - se esta mudança foi real na agenda política e legislativa, pela urgência e vontade de compromisso “no papel”, decorrida uma década da implementação da Convenção (2006), tal não se viu substancialmente reflectido em diversos contextos de salvaguarda.

A autora começa por explicar por que motivo, em 2003, na Conferência Geral da UNESCO, os Estados-Membros votaram a adopção da Convenção. Em primeiro lugar, porque não existia um instrumento legal e vinculativo que juntasse as Nações num compromisso de salvaguardar o Património Cultural Imaterial em risco de degradação, desaparecimento ou destruição. Por outro lado, porque com aquele documento afirma-se a importância da protecção do PCI enquanto gerador da diversidade cultural e criatividade humana, tendo os CGIs⁶ um papel central na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do PCI. Definindo-se que as expressões da cultura imaterial não podem estar desligadas das pessoas, das suas experiências e sensibilidades, da participação activa e do envolvimento das comunidades que o vivem.

Para a autora importa compreender e identificar o desenvolvimento conceptual e respectivas aplicações deste compromisso. Perceber, neste caminho, como estão a ser concretizadas as medidas recomendadas na Convenção e nas Directivas que orientam a sua implementação. Debater sobre as dificuldades e constrangimentos inerentes à participação dos CGIs nesses processos.

O livro estrutura-se em duas partes, a primeira que reflecte sobre os conceitos de “património cultural imaterial”, “comunidades, grupos e indivíduos” e “participação”. Ponto de partida para, na segunda

parte, identificar e tentar compreender participações/envolvimentos reais dos CGIs.

A teoria que contextualiza esta obra foca em primeiro lugar o conceito de PCI, os objectivos da salvaguarda e as medidas recomendadas na Convenção UNESCO 2003⁷ - “a valorização, a diversidade, a sustentabilidade e a transmissão da cultura imaterial às novas gerações” (p.3) - aspectos orientados por critérios e directivas redigidos na Convenção e em documentos posteriores. Apesar daquelas orientações, a autora constata que persistem dúvidas sobre a sua operacionalização, gerando diferentes interpretações, principalmente no que diz respeito à aplicação das metodologias participativas.

Dificuldades agravadas pelo facto da identificação e salvaguarda de uma expressão da cultura imaterial implicar “condições e pressões sociais, económicas e políticas” (p.4), onde se movimentam os interesses dos agentes da patrimonialização.

Para se pensar o PCI é necessário entendê-lo, refere a autora, como uma construção social dependente “dos seus protagonistas, da temporalidade, do espaço e da narrativa que se decide contar” (id. *ibidem*). Ou seja, a cultura não é estanque, nem unilateral, é viva e vivida pelos CGIs, é mutável e deverá ser entendida em multiperspectiva.

Considerando a Convenção de 2003 reconhece-se a centralidade da comunidade enquanto agente activo, em contextos de salvaguarda do PCI. Segundo a autora, tal centralidade só é possível através de um trabalho colaborativo em rede, promovendo-se a “responsabilidade partilhada” e a colaboração entre diferentes actores. Uma “comunidade” alargada, difusa e heterogénea, com diferentes papeis e interesses— os CGIs, nações, ONGs, profissionais e peritos, académicos, organizações internacionais, etc. Para implementar medidas de salvaguarda, respeitando a Convenção, os Estados precisam conhecer e envolver estas redes.⁸

⁵ PIKE, Kenneth L. (1967) *Language in relation to a unified theory of the structures of human behavior* (2nd ed.). The Hague. Mouton.

⁶ Como é referido no livro, a expressão “Comunidades, Grupos e Indivíduos” (CGIs) não foi definida na Convenção de 2003, só mais tarde em documentos posteriores que acompanham a implementação dos processos de salvaguarda do PCI, em particular o Relatório da Reunião de Peritos de 2006, em Tóquio.

⁷ As medidas de salvaguarda recomendadas na Convenção passam pela identificação e valorização do PCI; pesquisa, documentação e inventariação; preservação, protecção, transmissão em circuitos formais ou informais, sensibilização, educação, capacitação das comunidades e inscrição nas Listas Mundiais da UNESCO.

⁸ Referente às obras: BLAKE, Janet (2015) "From Global to Local Heritage: Intangible Cultural Heritage and the Role of the Museum". In *Anthropology of the Middle East*, Vol. 10, Nº 1. 22-40 e BLAKE, Janet (2018) "Museums and Safeguarding Intangible Cultural Heritage – Facilitating Participation and Strengthening their Function in Society". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 13. 18-32.

Neste sentido, a “comunidade” é percebida como uma entidade dinâmica, heterogénea. Nesta obra e a partir de diferentes referências teóricas, apresentam-se diferentes significados para aquele conceito. Não esquecendo a complexidade da definição de “comunidade”, a autora identifica 4 elementos-chave a considerar no contexto da salvaguarda do PCI: 1) o perfil colectivo e amplo do conceito (abrangendo diferenças, mas sem se reter nelas); 2) a conexão necessária com o património (porque é valorizado, mantido e transmitido); 3) a “comunidade” como agente activo e não apenas como espectador ou beneficiário da patrimonialização; 4) a centralidade e importância dos praticantes e transmissores, para além de toda uma ampla rede de atores.

Acrescente-se que, para um trabalho em rede, onde o cruzamento de perspectivas, negociação e decisão são fundamentais, será importante ter consciência da presença de diferenças, de luta de interesses e motivações, de relações de poder. Tal pode gerar conflitos e, neste sentido, a busca de consensos e compromissos deverão ser tidos em conta e muito bem trabalhados pelos mediadores e gestores de processos de patrimonialização.

Sobre o conceito de “participação”, interessa reter a importância do carácter democrático e capacitador dos CGIs e o facto dessa “participação” se apresentar como critério indispensável para qualquer processo relacionado com o PCI. Outro aspecto importante é o “consentimento livre, prévio e esclarecido” dos CGIs sobre os processos de salvaguarda, critério fundamental, mas que tem sido alvo de diversas interpretações. A actual prática passa frequentemente por consentimentos dados através de autorizações oficiais ou listas de assinaturas dos CGIs sem que se perceba como estiveram envolvidos ou como se concretizaram esses consentimentos (Ruddolff & Raymond, 2013)⁹ - por referendo, por consensos em sessões públicas, por verificação de peritos independentes ou de que outras formas?

Com vista a um maior envolvimento dos CGIs, a autora salienta as Directivas Operacionais que recomendam, de forma explícita, as acções a promover pelos Estados-Parte, nomeadamente: a criação de novas

instituições e mecanismos (que actualmente ainda não têm expressão significativa), por exemplo, a criação de órgãos consultivos; a criação de redes de âmbito regional, sub-regional ou inter-comunidades e a implementação de programas de sensibilização e capacitação.

A autora conclui que, entre as diversas medidas de salvaguarda, as inscrições nas Listas Mundiais da UNESCO tornaram-se um *mainsteam*. Por vezes, essas Listas são entendidas pelos Estados (e seus representantes, delegados e embaixadores) como impulsionadoras da sua visibilidade internacional e não da valorização dos CGIs e do PCI, subvertendo o objectivo central da Convenção. A sobrevalorização da inscrição nas Listas reflecte-se ainda na falta de investimento noutras medidas, em particular na informação, formação e capacitação dos CGIs.

A participação dos CGIs nos processos UNESCO

A partir da revisão de literatura a autora destaca a análise de Blake (2015, 2018) sobre os relatórios dos Estados-Parte enviados à UNESCO (ciclo 2011-2013), na qual são identificados casos positivos de descentralização das práticas de salvaguarda do PCI, envolvendo um conjunto diverso de agentes activos. Porém, em paralelo, salienta a tendência dos Estados para centralizar as políticas, decisões e acções de implementação da Convenção. Ou seja, é ainda escassa a demonstração de casos de autonomização e partilha de responsabilidade com os CGIs na salvaguarda do PCI.

A autora ressalta ainda o trabalho realizado por Ruddolff e Raymond (2013) – a análise das candidaturas a inscrição nas Listas da UNESCO relativas ao ano 2012. A partir deste estudo, as autoras chegam às seguintes conclusões: naqueles processos nem sempre são identificadas as comunidades ou os praticantes; não é claro de que forma os signatários se relacionam com o PCI e como se tornaram representantes dos CGIs; nota-se a ausência de referências nos dossiers a consultas públicas, faltando provas de relação entre a sociedade, administração local e outros agentes. Das 49 candidaturas, em apenas 3 exemplos¹⁰ é possível reconhecer a adopção de metodologias participativas – reuniões

⁹ RUDDOLFF, Britta; RAYMOND, Susanne (2013) "A Community Convention? An analysis of Free, Prior and Informed Consent given under the 2003 Convention". In *International Journal of Intangible Heritage*, Vol. 8. 154-164.

¹⁰ Colômbia, *Traditional knowledge of the jaguar shamans of Yuruparí*; Perú, *Pilgrimage to the sanctuary of the Lord of Qoylluriti* e Portugal, *Fado, urban popular song* (Ruddolff & Raymond, 2013).

comunitárias, debates, etc.; declarações, opiniões ou preocupações dos praticantes; provas de participação e o consentimento nas diversas fases de candidatura.

Além dos relatórios dos Estados-Parte e das candidaturas às Listas, a autora analisa a literatura produzida sobre os materiais audiovisuais apresentados à UNESCO. Centra-se, em particular, nos trabalhos de Van Zanten (2012) e de Pietrobruno (2016) referindo, ainda, a investigação que a própria realizou (2017)¹¹ sobre os vídeos dos elementos inscritos nas Listas da UNESCO em 2016. A partir de vários exemplos, conclui que, também aqui, não é evidente o envolvimento dos CGIs – por não ser visível a sua relação com os elementos culturais ou nas interações entre os praticantes e outros membros da comunidade. Por outro lado, a produção dos vídeos usa excessivamente a voz-off de agentes externos, sobretudo de peritos e jornalistas - não se destacando o discurso, significados e opiniões dos CGIs.

A participação dos CGIs em acções museológicas

Constatando que nos últimos anos a salvaguarda do património cultural imaterial tem sido objecto de vários projectos promovidos pelos Museus, a autora analisa estudos e relatórios sobre diferentes contextos museológicos. Conclui que as abordagens colaborativas e democráticas estão muito presentes nos discursos dos museus, inspirados nos pressupostos da nova museologia (anos 80 do séc. XX) – uma visão holística do património que também valoriza a cultura imaterial, o envolvimento das comunidades e dos seus *insights*.

Neste contexto, descrevem-se práticas de dinamização de actividades com participação da comunidade, por exemplo: a recolha de estórias e memórias que conferem contexto e valor aos objectos; exposições, *workshops*, debates, projectos de inventariação e outros. Actividades vistas como positivas na medida em que proporcionam uma maior consciência do valor do PCI; fomentam trocas de conhecimento entre praticantes, comunidade local e público alargado; conferem mais visibilidade e prestígio às expressões culturais e aos seus praticantes; produzem conhecimento sobre a evolução e história do PCI.

Apesar dos museus serem entidades privilegiadas para acções de salvaguarda do património e os seus discursos mostrarem-se alinhados com a Convenção, a autora ressalta que na apropriação dos conceitos nota-se dispersão e divergências de interpretação. Por exemplo, em relação ao PCI, são frequentes as actividades sobre “expressões que não são “património vivo”, que remetem para representações, memórias e recriações de práticas já extintas (...), sem função cultural ou social actual” (p.31). Actividades enunciadas como PCI, porém enquadradas particularmente no âmbito da História Oral ou da Memória Colectiva. Destacam-se, ainda, situações em que os museus retiram as expressões culturais do seu contexto original “para serem apresentadas em situação de *showcase*, demonstração ou performance no interior do museu, em festivais ou mostras públicas, desvalorizando-se a localidade das práticas e desconsiderando contextos mais vastos e elementos-chave que podem necessitar de salvaguarda” (id. *ibidem*).

A autora conclui que existe um esforço para construir relações de respeito e confiança mútuas entre CGIs e Museus (incluindo todas as sensibilidades). O que, no seu entender, só é possível através da criação de equipas interdisciplinares que reúnam profissionais e peritos em metodologias participativas - os mediadores. Perfil que reúne habilidades de comunicação e *expertise* capazes de fazer emergir os significados das tradições (na actualidade) nos museus ou fora deles - transmitindo, reforçando e cumprindo “funções culturais, educacionais, económicas e sociais do PCI” (p.35).

A participação dos CGIs nos processos de inventariação - perspectiva geral

Considerando que entre as diversas medidas de salvaguarda do PCI a inventariação tem sido uma das áreas mais exploradas, Filomena Sousa, a partir da revisão de literatura sobre estudos focados na construção de inventários, em termos gerais, e em particular dos e-Inventários PCI,¹² vai tentar responder a duas perguntas: as comunidades participam na criação e manutenção dos inventários? No caso dos e-inventários, em que medida os recursos tecnológicos estão a ser utilizados para promover o envolvimento dos CGIs?

¹¹ Comunicação *Audiovisual Formats in Ethnographic and in Intangible Cultural Heritage Research* apresentada na Conferência Internacional *The Visualization of the Intangible Cultural Heritage*, 20-10-2017, no Museu Etnográfico da Eslovénia, em Liubliana.

¹² Definido na obra “Inventários de expressões de um ou mais domínios do património cultural imaterial publicados online e com acesso livre.” (p.45).

A autora começa por referir que os inventários, seja qual for o âmbito territorial – local, regional ou nacional –, são geralmente criados pela iniciativa de organizações nacionais ou internacionais. A responsabilidade directa sobre a maioria dos inventários é das entidades públicas dos governos nacionais - mesmo que os CGIs tenham sido, em certos momentos, chamados a participar nesses processos. Por exemplo, na identificação dos elementos a salvaguardar ou em consultas à comunidade.

É nesta parte da obra que a autora apresenta um contributo inovador para a análise da aplicação das metodologias participativas nos processos de salvaguarda do PCI. A autora propõe uma tipologia onde se identificam 4 níveis de envolvimento dos CGIs na criação de inventários. Desde um nível básico de envolvimento, “informativo/consultivo” – “quando agentes externos definem os problemas a resolver e as soluções a executar considerando os CGIs apenas como beneficiários e informantes, ou até como consultores, mas sem que estes possam decidir ou influenciar o plano definido”; passando pelos níveis “Consultivo/Mobilizador nível básico” e “Mobilizador nível médio” até ao nível “Mobilizador Avançado” – o nível máximo, ideal, “atingido quando a iniciativa do processo de inventariação parte dos CGIs e quando, em parceria com agentes externos, são as comunidades, grupos e indivíduos que se automobilizam e gerem o projecto” (p.36).

Os níveis de envolvimento propostos admitem diferentes técnicas e aspectos a considerar. A autora vai dando exemplos a partir das experiências analisadas, para chegar à conclusão que o verdadeiro envolvimento dos CGIs nestes processos implica um *mix* de técnicas, com aproximações várias à/com a comunidade. Não é por isso suficiente um grande investimento em divulgação (campanhas públicas, inquéritos, chamadas a propostas de inscrição de elementos culturais em Listas) e descurar o contacto directo e presencial com as comunidades (seminários, assembleias, grupos de trabalho ou fóruns de discussão com mediadores).

Como também não é suficiente o envolvimento da comunidade através da discussão e formação sobre os processos de inventariação, aprofundando o conceito

de PCI e a sua complexidade (por exemplo através de júris de cidadãos, em que os próprios propõem acções de salvaguarda) e depois, na prática, não existir um verdadeiro empenho para concretizar essas propostas.

Não é suficiente ainda, dinamizar-se *workshops* de capacitação dos CGIs, habilitando-os e autonomizando-os para iniciar e dar continuidade a projectos de inventários (numa lógica de intervenção social e de pesquisa-acção), sem garantir os recursos materiais, tecnológicos, financeiros e humanos (tal como as motivações e interesses da comunidade) necessários à sua continuidade pós-projecto.

Aqui a autora volta a assinalar a importância da experiência e competências dos formadores – dinamizadores em técnicas de pedagogia activa, capazes de motivar e corresponder às expectativas dos praticantes e transmitir as matérias correctamente – conceitos, metodologias e ferramentas tecnológicas.¹³

e-Inventários PCI e a participação dos CGIs

A crescente utilização de novas tecnologias (*Web*, plataformas digitais, aplicações, redes sociais, etc.) na implementação das medidas de salvaguarda tem sido considerada na literatura uma mais-valia para uma maior visibilidade do PCI. Como assinala a autora, sob o ponto de vista da participação dos CGIs, as plataformas digitais proporcionam diversas vantagens: o aumento de zonas e momentos de contacto, potenciando novas “comunidades patrimoniais” (em quantidade e diversidade de actores); a possibilidade dos actores contribuírem, imediata e voluntariamente, para o registo, documentação e inventariação; a democratização do acesso a grandes quantidades de informação a baixos custos; a personalização de pesquisas, experiências interactivas que permitem organizar e partilhar dados dentro e fora da internet; a divulgação do PCI e dos processos de salvaguarda implementados, usando as plataformas e registos audiovisuais.

A autora, apoiada em estudos revistos sobre a participação dos CGIs em e-inventários e no mapeamento anteriormente mencionado - onde caracterizou 158 inventários PCI publicados *online* -,

¹³ O projecto brasileiro *Vídeo nas Aldeias* [<http://videonasaldeias.org.br/loja/>] é referido como um bom exemplo actividades de capacitação para o registo audiovisual do PCI; deu origem à compilação de um grande espólio de registos audiovisuais, criou uma escola de formação audiovisual e foi responsável pelo empoderamento de diversas populações indígenas.

conclui que tal participação está pouco demonstrada. 66% dos e-inventários referem a importância do envolvimento dos CGIs, porém são poucos os que dão informação sobre os métodos usados nesse sentido. Ao nível do discurso é declarado o respeito pelo consentimento livre e informado das comunidades para a realização do inventário, mas é raro demonstrarem como aquele é obtido. Apenas 14 % (22 inventários) “apelam à participação directa dos praticantes das expressões culturais, das instituições locais, de outros actores e da população em geral” (p.49).

Entre aqueles 22 e-Inventários, a autora destaca e descreve 5 projectos (já trabalhados na literatura revista): 2 e-inventários com estrutura convencional, *sites* de bases de dados privadas com acesso restrito¹⁴ e 3 e-inventários de acesso livre, em formato *wiki*.¹⁵ Conclui que, por si só, a configuração em inventário *online* (*site* ou *wiki*) não é garante do envolvimento das comunidades e, por isso, os exemplos apresentados conciliam, em diferentes etapas da inventariação, diferentes métodos e técnicas participativas.

Ou seja, importa juntar iniciativas de sensibilização pública dirigidas, em particular, aos CGIs, bem como actividades que assegurem e capacitem os mesmos no uso destas ferramentas digitais. A distância e impessoalidade inerentes às interacções via online deverão ser colmatadas por actividades *face-to-face*, que promovam envolvimento e relações de confiança entre os actores do património – por exemplo, o acompanhamento das práticas *in situ*, *workshops*, seminários, círculos temáticos, conselhos de cidadãos, redes e grupos de trabalho, fóruns, etc.

A respeito dos processos de inventariação *online*, a autora salienta outras questões relevantes: embora a disponibilidade e acesso às ferramentas tecnológicas *online* esteja cada vez mais democratizada, os membros dos CGIs poderão não ter acesso a elas ou não ter os conhecimentos necessários para as usar e, assim, correr-se o risco de ficarem excluídos da salvaguarda do PCI em contextos digitais; a questão da protecção dos direitos intelectuais e outros direitos dos CGIs; o facto da crescente e rápida evolução das tecnologias da *Web* implicar um constante

investimento em recursos humanos e tecnológicos; a necessidade de se utilizarem sistemas de pesquisa eficazes; a execução da moderação adequada (que não comprometa a vontade dos CGIs nem a qualidade e fiabilidade dos conteúdos); a frequente confusão entre património digital e o património imaterial cultural em si e, por fim, o perigo de se confundir o conhecimento produzido pelos recursos tecnológicos multimédia com a “realidade” (e não uma “nova representação” do PCI).

Obstáculos à Participação dos CGIs

Do confronto da teoria com as práticas, a autora conclui que, “sendo a participação dos CGIs enfatizada nos discursos, na prática, o real envolvimento ainda é residual identificando-se, no âmbito dos projectos de salvaguarda do PCI, cinco aspectos que dificultam essa concretização: 1) a excessiva centralidade dos Estados-parte nos processos de patrimonialização; 2) a diversidade das interpretações dos conceitos; 3) a falta de informação entre os CGIs; 4) a falta de experiência na dinamização de equipas compostas por diferentes actores e 5) a falta de método e de profissionais para operacionalizar a participação” (p.56).

A terminar a autora, depois de descrever cada um destes obstáculos, apresenta uma sugestão metodológica abrangente o suficiente para associar diferentes métodos e técnicas participativas às diferentes fases do processo de salvaguarda (diagnóstico, informação, planeamento, implementação, monitorização e avaliação) e aos diferentes níveis de envolvimento que conceptualizou anteriormente (informativo, consultivo e mobilizadores - níveis básico, médio e avançado).

A autora reforça em vários momentos do livro o importante papel dos peritos em metodologias participativas - figuras como o “mediador” e o *icebreaker*. Seria interessante, a partir desta e doutras reflexões, pensar-se, no futuro, em trabalhos que se dedicassem à definição do perfil e competências desse mediador, das suas práticas e de materiais de apoio à comunidade – como por exemplo, sobre como participar, identificar e registar o património cultural imaterial.

¹⁴ O Inventário PCI da região fronteiriça Itália-Suíça (Artese & Gagliardi, 2017) e o processo de inventariação nacional na Estónia (Tamm, 2017).

¹⁵ O *ICH Scotland*, o Inventário da Cultura Viva da Escócia (Giglietto, 2014; McCleery & McCleery, 2016; Orr & Thomas, 2016); a ICHPEDIA – Enciclopédia do Património Cultural Imaterial da República da Coreia (Park, 2014) e a Wiki do Património Vivo da Finlândia (Kivilaakso & Marsio, 2017).

É enorme o potencial do uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), contudo, importa perceber, neste caminho da salvaguarda do PCI, o quão distantes as comunidades possam estar do mundo digital e, nesse sentido, discutir e acolher possíveis constrangimentos e barreiras tecnológicas ao efectivo envolvimento das comunidades.

Com a leitura desta obra depreende-se que, no trabalho da salvaguarda do PCI e na aplicação de metodologias participativas/colaborativas, há muito a fazer. Nomeadamente na criação e divulgação de ferramentas que ajudam quer técnicos, quer as comunidades, na missão de empoderamento, como via para a salvaguarda do PCI. Podendo ser útil pensar na criação e disseminação de *outputs* do trabalho de investigação que deu origem a esta publicação.